

ARTESANATO INCLUSIVO:

Relato de experiência sobre a participação de um aluno surdo na escola municipal de
Santa Inês/MA/BRASIL

INCLUSIVE HANDCRAFTS:

an experience report about the participation of a deaf student in the city school of
Santa Ines/MA/BRAZIL

ARTESANÍA INCLUSIVA:

Informe de experiencia sobre la participación de um estudiante sordo em la escuela
municipal de Santa Inês/ma/Brasil

ARTISANAT INCLUSIF:

Rapport d'expérience sur la participation d'un élève sourd à l'école municipale de
Santa Inês/MA/Brésil

Agnes Riquelle Carvalho Marques

Pós-graduada em Educação Especial Inclusiva, UEMA; SEMED/Santa Inês/MA, Brasil.

agnescmarques@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-0231-5376>

Gracy Kelia Lopes Silva

Pós-graduanda em LETRAS, PGLETRAS/UFMA; SEMED/Santa Inês/MA, Brasil

Gracy.pat@hotmail.com

<https://Orcid.org/0000-0002-4647-7811>

Sandro José de Sousa Cruz

Especialista em Libras e Educação Especial, Universidade Cândido Mendes; SEMED/Santa
Inês/Pindaré-Mirim/MA, Brasil

sandrojose2@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-0431-2187>

Teresa Cristina Lafontaine

Mestra, UFPA; DELER/UFMA/MA, Brasil

teresa.lafontaine@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0002-2036-8465>

Recebido em: 29/03/2025

Aceito para publicação: 28/04/2025

Resumo

O aporte teórico da Educação Especial aponta que o ensino de pessoas com deficiência aconteceu por algum tempo em instituições específicas, reforçando modelos excludentes de educação. Com o passar do tempo, as instituições escolares foram se moldando para a oferta de atendimento especializado para

esse alunado, passando a realizar um trabalho pautado na perspectiva inclusiva. O presente trabalho relata a experiência da professora da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e da intérprete de Libras frente à participação de um aluno com paralisia cerebral discinética, com sequelas motoras e surdez, no projeto intitulado “Artesanato Inclusivo”. Para tanto, os objetivos deste trabalho foram: compartilhar as narrativas de experiências no projeto intitulado “artesanato inclusivo”, desenvolvido na SRM da escola municipal Humberto de Campos, localizada no município de Santa Inês/MA/Brasil. Os resultados alcançados relacionados ao desenvolvimento linguístico, das funções cognitivas e sociais do estudante em questão, servirão como arcabouço metodológico para as nossas narrativas em formato de relato de experiência, contemplando a narrativa docente como autobiográfica. Os resultados deste trabalho apontam para uma prática pedagógica pautada na educação libertadora e emancipadora de pessoas com deficiência/surdez frente aos desafios da busca por uma política pública de direitos humanos e sociais.

Palavras-chave: Surdez, Libras, Atendimento, Educacional, Especializado.

Abstract

The theoretical contribution of Special Education showed teaching people with disabilities happened only in specific institutions for some time, reinforcing excluding models of education. Over time, school institutions were molding themselves to the offer of specializing service for these types of students, doing then a work ruled by inclusive perspectives. This essay explores the experience of a resource and multifunctional classroom teacher and sign language interpreter with a student with dyskinetic cerebral palsy including deafness and motor sequelae in the project called Inclusive Handcrafts. The goal of this report is to share the experimental narrative of the project, developed at the SRM city school of Humberto de Campos, in Santa Ines/MA/Brazil. The reached results related to the student's linguistic development in cognitive and social functions will serve as a methodology framework for our observation reports, regarding it as an autobiographical narrative. The results point out a pedagogical practice lined with free and emancipating education of disable/deaf people alongside the challenges of searching for human and social rights in public politics.

Keywords: Deafness, Libras, Service, Educational, Specialized.

Resumen

El aporte teórico de la educación especial señala que la enseñanza a personas con discapacidad se dio durante algún tiempo en instituciones específicas, reforzando modelos excluyentes de educación. Con el tiempo, las instituciones escolares comenzaron a adaptarse para ofrecer servicios especializados a estos estudiantes, comenzando a realizar un trabajo desde una perspectiva inclusiva. El presente trabajo relata la experiencia de la docente de sala de recursos multifuncional y la intérprete de Libras respecto de la participación de un estudiante con parálisis cerebral discinética, con secuelas motoras y sordera, en el proyecto titulado “Manualidades Inclusivas”. logrados relacionados con el desarrollo lingüístico, funciones cognitivas y sociales del estudiante en cuestión, servirá como marco metodológico para nuestras narrativas en formato de relato de experiencia, considerando la narrativa docente como autobiográfica. Los resultados de este trabajo apuntan a una práctica pedagógica basada en la educación liberadora y emancipadora de las personas con discapacidad/sordera frente a los desafíos de la búsqueda de una política pública de derechos humanos y sociales.

Palabras clave: Sordera, Libras, Servicio, Educativo, Especializado.

Résumé

L'apport théorique de l'éducation spécialisée souligne que l'enseignement aux personnes handicapées s'est déroulé pendant un certain temps dans des institutions spécifiques, renforçant ainsi les modèles éducatifs d'exclusion. Au fil du temps, les institutions scolaires ont commencé à s'adapter pour offrir des services spécialisés à ces élèves, commençant à réaliser un travail basé sur une perspective inclusive.

Le présent travail rapporte l'expérience de l'enseignant de la salle de ressources multifonctionnelle et de l'interprète Libras concernant la participation d'un élève atteint de paralysie cérébrale dyskinétique, avec séquelles motrices et surdité, au projet intitulé « Artisanat inclusif ». acquis en relation avec le développement linguistique, les fonctions cognitives et sociales de l'étudiant en question, servira de cadre méthodologique à nos récits sous forme de rapport d'expérience, considérant le récit pédagogique comme autobiographique. Les résultats de ce travail mettent en évidence une pratique pédagogique basée sur l'éducation libératrice et émancipatrice des personnes handicapées/surdites face aux défis de la recherche d'une politique publique des droits humains et sociaux.

Mots Clés: Surdité, Balance, Service, Éducatif, Spécialisé.

Introdução

O aporte teórico da Educação Especial aponta que o ensino de pessoas com deficiência aconteceu por algum tempo em instituições específicas, reforçando modelos excludentes de educação. Com o passar do tempo, as instituições escolares foram se moldando para a oferta de atendimento especializado para esse alunado, passando a realizar um trabalho pautado na perspectiva inclusiva.

Nesse público alvo da Educação Especial, inserem-se as pessoas surdas, que também estiveram à margem da sociedade, excluídos de políticas públicas, direitos linguísticos e com diversas barreiras comunicacionais, seja no meio escolar ou na sociedade como um todo. Ao longo dos anos, as pessoas surdas tiveram a possibilidade de comunicar-se por meio da Libras, que é viso-espacial e que foi reconhecida com status linguístico por meio da Lei nº 10.436/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005.

Recentemente, houve a implementação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146/2015 que atribui responsabilidade ao poder público no que se refere à oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

Desse modo, os direitos sociais e linguísticos das pessoas surdas estão assegurados em Lei e, nesse escopo, se inserem as escolas que ofertam o Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais - SRM.

Este trabalho objetiva, de forma geral: compartilhar as narrativas de experiências no projeto intitulado “artesanato inclusivo”, desenvolvido na SRM da escola municipal Humberto de Campos, localizada no município de Santa Inês/MA/Brasil.

A problemática que norteia a referida pesquisa é: como o projeto “artesanato inclusivo”, a partir das práticas utilizadas pela equipe pedagógica, potencializa a participação do aluno surdo na vida social, o desenvolvimento da língua e a continuidade à escolarização?

O trabalho está estruturado da seguinte forma: “Introdução”: capítulo no qual apresentamos os aspectos iniciais do tema e objetivos da pesquisa; “Metodologia”: momento em que destacamos o caminho percorrido para realização do trabalho; “O atendimento educacional especializado e a surdez”: capítulo em que discorremos sobre o conceito e a finalidade do AEE, além dos seus principais dispositivos legais e os entremelos à surdez; “Artesanato inclusivo”: capítulo em que consta o relato de experiência sobre a participação de um aluno surdo na escola municipal de Santa Inês/MA”, no qual relatamos a experiência, os envolvidos, materiais

utilizados e resultados alcançados. Por fim, na “Conclusão”, estão expostas as considerações finais do trabalho.

Metodologia

A motivação para o desenvolvimento deste estudo nasceu de uma conversa informal entre nós, autoras, que sentimos a necessidade de compartilhar nossos conhecimentos e experiências adquiridas com os resultados do nosso trabalho. Iniciamos o projeto com a escrita do resumo, que, depois de aprovado, foi apresentado no IV Colóquio Internacional de Políticas Antirracistas no Mundo- IV (CIPAM).

O presente trabalho consiste em um relato de experiência de caráter descritivo e autobiográfico realizado por nós, autoras, enquanto professora da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) e intérprete de Libras, ambas do município de Santa Inês/MA.

O relato narra a vivência e os resultados alcançados no projeto intitulado “artesanato inclusivo”, especificamente os impactos positivos na vida de um aluno com diagnóstico de paralisia cerebral discinética, com sequelas motoras e surdez. Por se tratar de um relato autobiográfico, não utilizaremos a escrita de forma impessoal e sim, em primeira pessoa do plural (nós), inclusive, para nos aproximarmos mais dos nossos leitores. A nossa experiência está circunscrita no período de abril a agosto de 2024.

O relato descreve as atividades desenvolvidas na Educação Básica, na Escola Municipal Humberto de Campos. Conforme a LDB, a Educação Básica tem como finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Ponderamos que o aluno participante do projeto com diagnóstico de paralisia cerebral discinética, com sequelas motoras e surdez, está na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade voltada especificamente a atender alunos que, por razões diversas, não tiveram oportunidade de acesso à escolarização na idade própria e, por conseguinte, não conseguiram concluir o ensino fundamental e médio, conforme preconiza a LDB nº 9.934/1996:

Art. 37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

As narrativas em formato de relato de experiência foram atravessadas por reflexões de autores tais como: Freire (2005), Mantoan (2006), bem como de pressupostos legais, tais como: Lei de Diretrizes e Bases (LDB): Lei nº 9.394/1996, Lei Brasileira de Inclusão (LBI): Lei nº 10.436/2002.

O Atendimento Educacional Especializado

Para o desenvolvimento do seguinte trabalho, é de suma importância conhecermos a definição do AEE, bem como algumas políticas de inclusão que norteiam esta política. Conforme Decreto nº 7.611/2011, o AEE “fica compreendido como conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente”, prestado das seguintes formas:

I – [...] complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Desta forma, o AEE não pode ser confundido com reforço ou atividades de mera repetição de conteúdos desenvolvidos em sala de aula, mas deve constituir espaço de produção de conhecimentos. O art. 3º do decreto já mencionado acima esclarece seus objetivos:

I - Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

A partir dos objetivos citados acima, percebe-se a relação clara do AEE e da sala regular, assim como, a importância de se fazer um trabalho que o alunado dê continuidade nos estudos. Os alunos surdos têm direito garantido ao AEE amparados, inclusive, por lei.

No tocante à legislação sobre a educação de surdos e da Libras, temos, no Brasil, uma lei e um decreto. A primeira lei, datada de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua usada pelas pessoas surdas brasileiras e determinou a inclusão desse conteúdo curricular em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos, definindo ainda, que a Libras não substitui a Língua Portuguesa (escrita). Conforme o artigo a seguir:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais-Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (BRASIL, 2002).

Em complemento à lei citada acima, foi criado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que faz indicações de como instituições de ensino devem tratar as pessoas com surdez por meio da organização de escolas e classes bilíngues, nas quais a Libras e a Língua Portuguesa sejam línguas de instrução. Além da escolarização, esses alunos têm o direito ao AEE em turno diferenciado, para o desenvolvimento de complementação curricular.

Diante das mudanças nos paradigmas que possibilitaram superar algumas barreiras, é necessário que haja uma reformulação nos espaços educacionais, principalmente no AEE, que viabilize condições de comunicação. É na SRM que se realiza o AEE de forma complementar, no caso de surdos, com professores preferencialmente bilíngues, ou seja, é um espaço em que

se utiliza a língua portuguesa (escrita) e Libras. Neste atendimento, sucedem três momentos didáticos-pedagógicos:

Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, destinado ao conhecimento de diferentes conteúdos curriculares que são ensinados nessa língua por um professor, preferencialmente surdo. Destina-se aos alunos com surdez;

Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, destina-se aos alunos com surdez onde os mesmos terão oportunidade de aquisição de termos científicos. Este trabalho é realizado por professor e/ou instrutor de surdos, preferencialmente surdo. O atendimento deve ser feito a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem sobre a Libras, respeitando, desta forma, suas limitações;

Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as necessidades desta língua para os surdos. Este trabalho é realizado por professor graduado, preferencialmente nesta área. O atendimento deve ser feito a partir do conhecimento que o aluno possui, respeitando a noção que o mesmo possui sobre a Língua Portuguesa (DAMÁZIO, 2007, p. 25).

A partir do parágrafo acima, concluímos a complexidade do trabalho que é realizado na SRM e que deve ser colaborativo com outros profissionais. Sugere a importância do uso de duas línguas para os surdos, a saber: Libras e língua portuguesa na modalidade escrita. No próximo capítulo, relatamos o desenvolvimento do projeto e os resultados obtidos.

Artesanato inclusivo: Relato de experiência sobre a participação de um aluno surdo na escola municipal de Santa Inês/MA

Mantoan (2006) afirma que a escola deve propiciar aos alunos um atendimento específico, trabalhando sobre as limitações (visuais, auditivas, físicas, intelectuais, transtornos do desenvolvimento e a superdotação). A autora ressalta que a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, e assim, efetivar a inserção do mesmo neste e em outros ambientes.

Pensando nessa perspectiva de inclusão educacional, surgiu a ideia de um projeto de educação especial que pudesse não somente ativar habilidades cognitivas focadas nas dificuldades, mas que fosse factível principalmente apresentar uma abordagem que permitisse transpor barreiras, resgatando valores sociais e culturais dos educandos e de suas respectivas comunidades.

Para tanto, elaboramos e seguimos um cronograma de ações pedagógicas, cuja primeira ação foi de nos reunirmos com a gestão da escola para apresentação da proposta de aplicação do projeto, em seguida, realizamos um encontro com os pais/responsáveis dos alunos que foram contemplados com a inscrição nas oficinas de artesanato.

O público alvo delimitado para participação foram: 7 (sete) estudantes da modalidade de ensino da educação especial inclusiva que estavam devidamente matriculados na instituição e com a segunda matrícula ativa na sala de recursos multifuncional, no turno matutino, sendo que 6 (seis) desses alunos cursam o Ensino Fundamental II - Séries Finais do 6º ao 9º ano do

turno vespertino, e 1 (um) estudante é proveniente da primeira etapa da Educação de Jovens e Adultos - EJA, do turno noturno.

Destacamos a participação do aluno da EJA, que possui paralisia cerebral discinética com sequelas motoras e surdez, sendo a sua participação o nosso objeto principal de estudo.

A aceitação por parte da gestão e dos familiares foi imediata, nos permitindo dar início ao cronograma de encontros/atendimentos. As atividades foram desenvolvidas de maneira contextualizada e prática, respeitando o nível de aprendizagem e de suporte de cada estudante

A parceria entre SRM e a Associação de artesãos do Vale do Pindaré

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), afirma, em seu artigo 27, que “toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

Nesse contexto, a parceria entre a Sala de Recursos Multifuncional e a Associação de Artesãos do Vale do Pindaré deu-se a partir das experiências vivenciadas no referido ambiente escolar, em que se evidenciou a necessidade de ofertar aos estudantes público alvo da educação especial uma educação voltada para o desenvolvimento e/ou potencialização de suas habilidades por meio de atividades criativas capazes de estimular e desafiar o alunado.

Nesse cenário, as oficinas de artesanato interligadas ao AEE corroboram com as práticas pedagógicas norteadas pela perspectiva inclusiva e induzem os participantes à representação do imaginário, proporcionando-lhes aprendizagem, diversão, socialização e acessibilidade artística e cultural.

Muito embora a associação já tivesse experiência no desenvolvimento de projetos voltados à educação, essa modalidade de ensino foi algo novo, que trouxe consigo desafios e muita aprendizagem, uma vez que, através do universo do artesanato inclusivo, foi possível trabalhar habilidades práticas que fazem parte do nosso dia a dia, oportunizando o resgate de valores, fazeres e saberes populares a todos os envolvidos, tendo em vista que o artesanato é uma das mais expressivas manifestações de arte popular brasileira.

O atendimento Educacional Especializado e as oficinas

A escolha das peças a serem produzidas foi realizada conforme as necessidades e/ou dificuldades de aprendizagem observadas durante os atendimentos individualizados que antecederam a aplicação do projeto.

Desse modo, o Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, serviu como base para a escolha das peças que seriam produzidas de forma coletiva durante as oficinas, sendo possível estruturar a produção em consonância com as necessidades individuais e específicas de cada um, levando também em consideração os conhecimentos prévios dos discentes.

As oficinas aconteceram em formato de atendimento educacional coletivo na sala de recursos multifuncional, e as produções privilegiaram abordagens frente às funções cognitivas de:

coordenação espacial e visão motora, atenção, memorização, conceitos matemáticos, linguagem e ampliação de vocabulário linguístico em Português e Libras e ainda funções sociais como: comunicar-se de maneira clara e objetiva, capacidade de iniciar e manter uma conversa, trabalhar em equipe de maneira colaborativa, ouvir atentamente, entre outras.

Os materiais utilizados na produção das peças artesanais

Os materiais utilizados para a produção das peças artesanais foram: palitos de picolé, palitos de churrasco, barbantes nylon, barbante de corda, cola, verniz, miçangas, papel manteiga, papel A4, fita adesiva, argolas metálicas, lata de refrigerante, tinta para tecido.

O recurso financeiro para custear a compra de materiais veio através da inscrição do projeto em um edital realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e viabilizado pela Lei Paulo Gustavo¹, que é destinada aos profissionais da cultura, permitindo o acesso a recursos por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços

O trabalho colaborativo: Os participantes

A inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas em projetos de ensino exige atenção às respostas ligadas diretamente ao seu desenvolvimento e ainda um trabalho em equipe que propicie melhores condições de aproveitamento e aprendizagem.

As atividades foram conduzidas por 1 (um) Instrutor de artesanato, 1 (uma) professora do AEE, 1 (um) intérprete de libras e 1 (uma) instrutora de Libras (com surdez), sendo importante frisar que a atuação de profissionais especialistas na área da educação especial, bem como de um instrutor de artesanato profissional, tornou o aprendizado mais eficaz e significativo.

Não podemos deixar de citar a importância da parceria com as famílias, tendo em vista que é imprescindível para o desenvolvimento dos alunos o apoio e a participação dos familiares durante o processo de ensino e aprendizagem.

Resultados e discussões do projeto na vida do aluno com surdez

O seguinte relato apresenta a relevância da Educação Inclusiva para a oferta de ensino de qualidade para estudantes com deficiência e, sobretudo, na vida do estudante com surdez que fez parte dessa experiência.

Pontuamos que o referido aluno, antes de adentrar à escola municipal Humberto de Campos, era educando da Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), instituição que, durante muitos anos, esteve à frente no atendimento às pessoas com deficiência. Contudo, no caso deste aluno com surdez em particular, vige o tratamento clínico-terapêutico que não considera as especificidades linguísticas.

¹ A Lei Paulo Gustavo foi instituída pela lei complementar nº 192/2022 e regulamentada pela lei complementar nº 202.

Destaca-se que o aluno não havia adquirido uma língua para comunicação até ser inserido na rede municipal de ensino. Sua comunicação era restrita a gestos e à escrita muito rasa. Acreditamos que a inserção na rede municipal contribuiu para a sua inclusão, pois, ao ter contato com outros alunos ouvintes, matrícula no AEE, suas necessidades foram atendidas respeitando as condições e o seu tempo de aprendizagem.

Nós, autoras, coadunamos com os pressupostos de Paulo Freire na medida em que trabalhamos a educação para a libertação. Reforçamos que historicamente pessoas com deficiência eram marginalizadas e vítimas do sistema que não incluía. No caso dos surdos, a especificidade linguística não era atendida porque o método que vigorava era o fônico, a oralização.

Acreditamos que métodos de oralização e meras repetições desvinculadas à vida do aluno não trazem letramento. Somos consoantes ao pensamento de Freire (2005), de que a prática de ensino deve ser intencional, deve haver sentido, objetivos claros e específicos.

Os resultados alcançados no projeto “artesanato inclusivo” foram satisfatórios, haja vista que houve avanços relacionados à coordenação motora fina dos alunos participantes, que apresentaram maior firmeza ao colar, recortar e alinhar objetos. Também evidenciamos que demonstraram, ao longo do processo, uma melhor compreensão acerca dos conceitos matemáticos relacionados aos números, quantificação, sequência numérica e formas geométricas, além de maior confiança ao reconhecer e utilizar informações visuais sobre figuras e objetos.

Essa vivência do aluno com surdez nas oficinas/atendimentos contribuiu para o desenvolvimento da sua comunicação em Libras, pois, durante a produção dos materiais, foi possível reforçar ao aluno o campo semântico que ele já havia aprendido, como, por exemplo, as cores e materiais escolares. Além disso, foi viável ensinar outros que não eram do conhecimento/vocabulário dele, por exemplo, os materiais de artesanato.

Salientamos que toda prática na oficina transcorreu de forma visual/espacial, pois temos consciência de que pessoas surdas percebem o mundo que os rodeia pela visão, e utilizam as mãos, o corpo, para expressar-se e transmitir ideias e sentimentos. Partindo desse pressuposto, o trabalho da professora intérprete de Libras foi essencial para fortalecer os vínculos comunicativos.

Percebemos, durante a culminância do projeto, realizado em momento específico em uma Feira Cultural, que a interação social entre o estudante e os demais participantes durante as oficinas evidenciou progressos diretamente ligados aos aspectos sociais, posto que demonstraram melhor capacidade de interagir de maneira positiva com aqueles que estavam à sua volta, bem como ampliação do seu vocabulário linguístico em Libras ao comunicar-se com mais clareza e objetividade com outros estudantes surdos que estavam no local.

Desse modo, percebemos claramente que, nesse projeto, efetivou-se a prática libertadora intencional, que partiu das necessidades do aluno. A prática docente fugiu do escopo da sala de aula conteudista e dos atendimentos convencionais que ocorrem nas SRM. Não queremos diminuir a importância das salas regulares e nem tão pouco do AEE, mas chamamos atenção para práticas inovadoras que são possíveis de serem executadas com o trabalho colaborativo, como o que trouxemos neste artigo em formato de relato de experiência.

Considerações finais

Como apontamos inicialmente, o objetivo deste trabalho foi compartilhar as narrativas de experiências no projeto intitulado “artesanato inclusivo”, desenvolvido na SRM da escola municipal Humberto de Campos, localizada no município de Santa Inês/MA/Brasil.

Tal objetivo foi alcançado na medida em que relatamos nossas experiências ao longo de três meses de trabalho. Momento de muitos desafios, mas muito mais de possibilidades, pois materializamos resultados.

A problemática que norteou este trabalho foi: como o projeto “artesanato inclusivo”, a partir das práticas utilizadas pela equipe pedagógica, potencializa a participação do aluno surdo na vida social, o desenvolvimento da língua e a continuidade à escolarização?

Em resposta à problemática acima, explicitamos que, ao final deste trabalho, o aluno com surdez, que esteve envolvido em nosso estudo, desenvolveu-se de forma satisfatória e muito significativa, melhorando seus desempenhos frente às atividades escolares, de vida diária e sociais, demonstrando autonomia, segurança e entusiasmo para participar de forma efetiva de novos projetos e/ou usufruir de maneira digna de espaços de uso coletivos.

O incentivo à produção artesanal, nesse contexto, constitui, portanto, em uma estratégia criativa de inclusão socioeducacional desse alunado, contribuindo para que este se socialize mais com os demais alunos. Foi possível perceber que houve interesse dos demais participantes para aprender a Libras e consequentemente interagir com o aluno diagnosticado com surdez.

Por fim, nós, enquanto professoras da Educação Especial, acreditamos nas potencialidades do educando. Acreditamos que ações como a do artesanato inclusivo potencializam a autonomia do aluno, bem como, contribuem para o uso e difusão da Libras, direito, inclusive, garantido em lei, como pontuamos ao longo deste trabalho. Acreditamos que um trabalho como este inspira professores da educação básica para o desenvolvimento de projetos e a divulgar os trabalhos que são realizados de forma tão maravilhosa no chão da escola.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e o art. 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Presidência da República, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2005/5626.htm .

_____. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Presidência da República, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2011/7611.htm>

_____. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências**. Presidência da República, Brasília. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação continuada a distância para o atendimento Educacional Especializado**: pessoa com surdez. Brasília: MEC, SEED, SEESP, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Brasília: Unesco, 1998. Disponível em:
<https://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948.pdf/view>